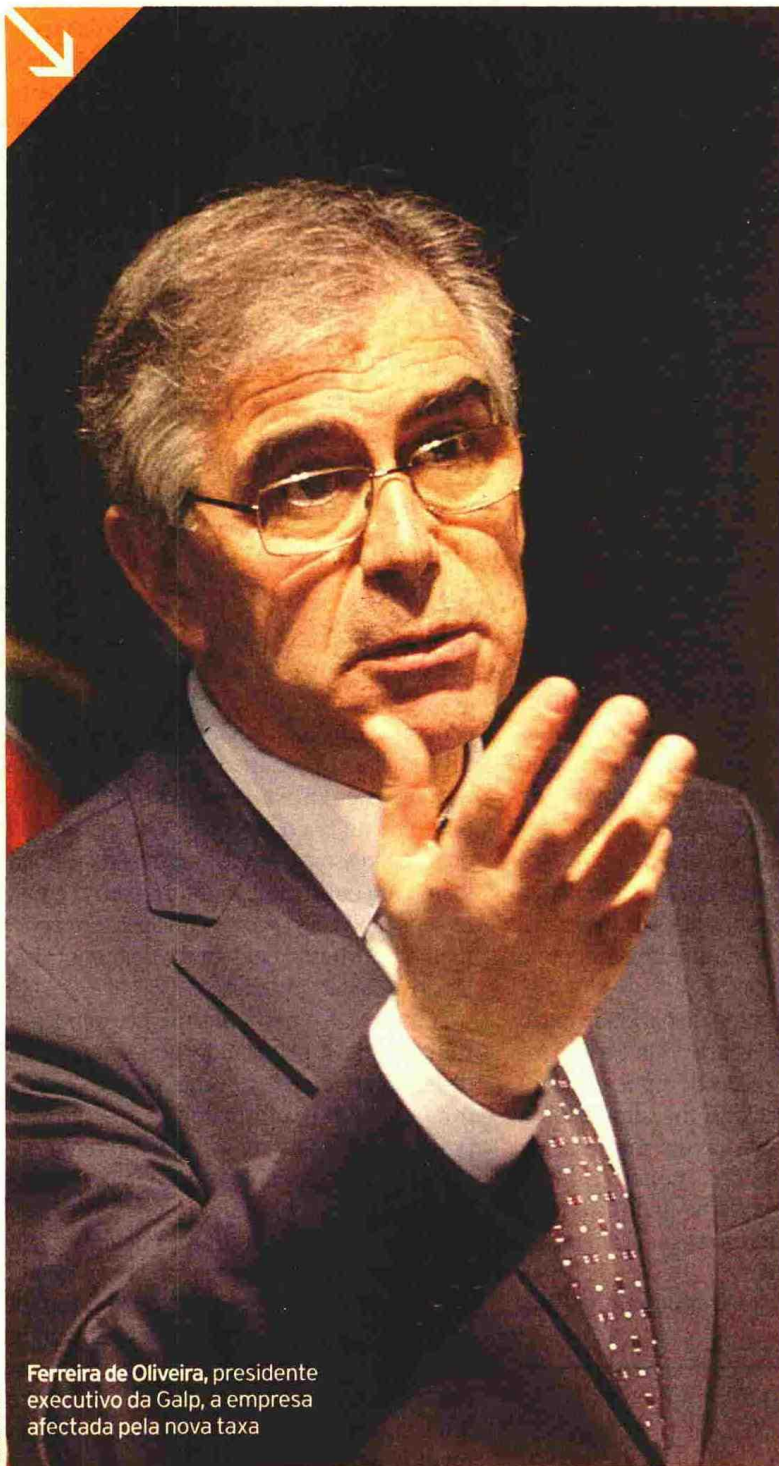


			Área: 97595 mm2	Âmbito: Nacional	Tiragem: 22070
Título: Taxa Robin dos Bosques				Temática: Gestão/Economia/Negócios	GRP: 2.1
2008/07/14	DIARIO ECONOMICO - PRINCIPAL	Pág.1	Imagem: 1/2	Periodicidade: Diária	Inv.: 4836.00



Paula Nunes

Ferreira de Oliveira, presidente executivo da Galp, a empresa afectada pela nova taxa

A OPINIÃO DOS FISCALISTAS P10

Taxa Robin dos Bosques é injusta

Título: Taxa Robin dos Bosques				Âmbito: Nacional	Tiragem: 22070
2008/07/14	DIARIO ECONOMICO - PRINCIPAL	Pág. 10	Imagem: 2/2	Temática: Gestão/Economia/Negócios	GRP: 2.1
				Periodicidade: Diária	

Taxa Robin dos Bosques é injusta dizem fiscalistas

O ESTADO ENCAIXA 100 MILHÕES com a medida. Petrolíferas não vão poder deduzir a taxa no IRC.

Paula Cravina de Sousa
psousa@economicasgps.com

O Governo vai encaixar mais de 100 milhões de euros com a taxa Robin dos Bosques, aplicada sobre as petrolíferas, adiantou o primeiro-ministro, José Sócrates, na semana passada. A ideia é retirar aos ricos para distribuir pelos pobres. Mas os especialistas duvidam da bondade da medida e consideram que a taxa é injusta para com as petrolíferas e vai ter consequências onerosas para as empresas.

Para o economista João Duque a taxa tem "impacto financeiro, já que há diferenças em termos 'cash flow' e a empresa pode ser obrigada a um endividamento extra, logo a pagar juros que se reflectem na demonstração de resultados". Os fiscalistas são unânimes e contestam a taxa. Trata-se de "uma caça ao imposto aproveitando-se os lucros das petrolíferas, mas a verdade é que quando o preço desce não há ninguém que subsidie as petrolíferas", lembra Pedro Pais de Almeida. Já Diogo Ortigão Ramos afirma que se trata "de uma medida que terá aplicação tendencialmente na Galp". "Quanto às demais não antevêjo efeitos práticos por ausência de reservas em Portugal", explica. Para Paulino Brilhante Santos "é altamente contra-producente descapitalizar as petrolíferas nesta base, porque ao mesmo tempo que têm super lucros também estão a fazer investimentos enormes". O fiscalista explica que a Galp tem um 'problema' porque faz parte de um consórcio que descobriu um poço no Brasil e está em vias de descobrir outro em Santos. Como estão a trabalhar em

águas muito profundas, isso exige um investimento muito avultado e estima-se que os custos sejam muito significativos. "E isto só é compensado com os actuais preços do petróleo", defende. A Galp afirma que a taxa "não tem qualquer impacto" nos resultados, mas está já a sentir em bolsa os efeitos da criação desta medida. O títu-



Rogério M. Fernandes Ferreira
Fiscalista

A taxa "aproveita de forma inaceitável a actual contestação ao aumento do preço dos combustíveis".



Diogo Ortigão Ramos
Fiscalista

Trata-se "de uma medida que terá aplicação tendencialmente na Galp".

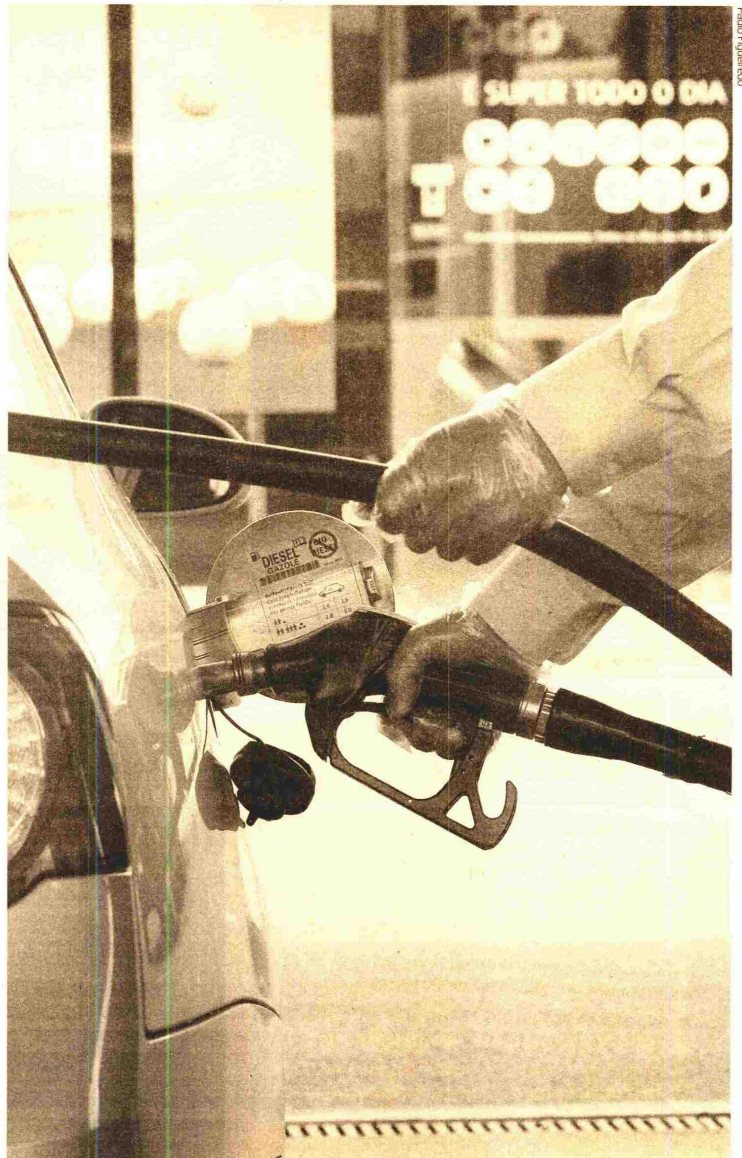
lo tem sofrido quedas significativas nos últimos dias. Na sexta-feira, as acções da Galp fecharam a cair 3,47%, para os 12,80 euros. Também Rogério M. Fernandes Ferreira defende que a criação desta taxa "aproveita de forma inaceitável a actual contestação ao aumento do preço dos combustíveis decorrente do aumento do crude", mas admite que "tem na base a impossibilidade ou a inconveniência da descida do ISP".

Taxa gera confusão

O Governo garante que é uma receita adicional para o Estado, ao contrário da ideia criada, segundo a qual se trata apenas de uma antecipação do imposto.

O que vai ser tributado é a diferença positiva de dois métodos contabilísticos (o método adoptado pela empresa e o adoptado pela proposta de lei). As Finanças asseguraram que as petrolíferas não vão poder deduzir os encargos com a taxa Robin do Bosques no IRC, o que confirma não se trata de uma antecipação. O economista António Nogueira Leite considera que a taxa é "uma ficção" e que representa "um adiantamento ao Estado, este trimestre mas depois fica tudo na mesma". Mas a confusão está instalada no próprio Ministério.

Questionadas pelo Diário Económico, as Finanças explicam que se trata "de receita adicional para o Estado porque o sistema actualmente vigente não tributa estas valorizações extraordinárias". Mas um dia antes, o mesmo Ministério tinha esclarecido que "essa valorização patrimonial, que o Estado passa agora a cobrar à cabeça já era alvo de incidência" por parte do Fisco. ■



Paulo Figueiredo

Segundo a Galp, o impacto da taxa Robin dos Bosques será de 100 milhões em termos fiscais.

A TAXA ROBIN DOS BOSQUES NA EUROPA



Portugal



Itália

■ Será aplicada uma taxa sobre a diferença positiva de dois métodos contabilísticos. Impõem-se agora os métodos do FIFO ('first in first out'), o que significa que o primeiro a chegar será o primeiro a ser vendido, o que vai fazer com que o preço de valorização do stock consumido deixe de ser o da última aquisição - portanto o mais caro. Até aqui estava em vigor o LIFO ('last in last out'). Assim o ganho extraordinário conseguido com esta diferença estará sujeito a uma taxa de 25% e não vai ser dedutível em sede de IRC.

■ Itália é o único país europeu que já criou a taxa Robin dos Bosques. É aplicada uma taxa de 16% e entrou em vigor no início deste mês. A ENI já fala num impacto de 500 milhões de euros nos resultados no final do ano. O princípio é o mesmo do que se quer fazer em Portugal: tirar às empresas com maiores lucros e redistribuir pelos mais desfavorecidos. O secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Carlos Lobo, afirmou quinta-feira em Conselho de Ministros que "em Portugal terá um efeito mais brutal do que em Itália, já que será de 25%".